



CONTRATO Nº 120/2023/SEMEC/PMT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023/SEMEC – art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00044.018757/2023-72/SEMEC/PMT

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EXEMPLARES DA COLEÇÃO SAEB EM FOCO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERESINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC – E A EMPRESA M.F. DISTRIBUIDORA E LIVRARIA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93.

O MUNICÍPIO DE TERESINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o CNPJ nº 06.554.869/0001-64, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 860, Palácio da Cidade, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0005-98, com sede nesta cidade, à Rua Areolino de Abreu, nº 1507, centro, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo seu Secretário, **NOUGA CARDOSO BATISTA**, brasileiro, professor doutor, inscrito no CPF sob o nº 479.002.373-72 e RG nº 986.951/SSP-PI, com domicílio profissional na Rua Areolino de Abreu, nº 1507, Centro, Teresina-PI, CEP nº 64.000-180, e de outro lado a empresa **M.F. DISTRIBUIDORA E LIVRARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.195.368/0001-76, NIRE 22200236791, com sede na Avenida Pedro Freitas, 1353, Vermelha, 64.018-000, Teresina/PI, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo como representante legal seu sócio administrador **FRANCISCO ITALO CARDOSO SOARES FURTADO**, brasileiro, empresário, RG nº 1973622 SSP/PI, inscrito no CPF nº 876.372.863-04, resolvem, de comum acordo, firmar a presente contratação para aquisição de exemplares dos livros da **coleção SAEB em foco**, através de Inexigibilidade de Licitação, a qual é regulamentada pela Lei 8.666/93, considerando o resultado do Processo Administrativo acima referido, mediante cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais da “**Coleção SAEB em Foco**”, para auxiliar, de forma ainda mais efetiva, o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, ao ofertar um recurso pedagógico que visa contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências socioemocionais, bem como das competências leitoras, contemplando as necessidades dos estudantes do Ensino Fundamental, assim como auxiliando a prática pedagógica dos docentes que atuam na Rede.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO:

2.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, bem como ao Termo de Referência (8490759), e à proposta firmada pela CONTRATADA (8669609). Esses documentos constam do Processo nº 00044.018757/2023-72/SEMEC/PMT e **são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO DE CUSTOS E DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. A aquisição dos objetos desta Inexigibilidades, descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, tem o valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) para cada item, totalizando a quantia de **R\$ 17.251.575 (dezesete milhões e duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais)**.

3.2. O pagamento será realizado no prazo de lei, em até 30 dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado, preferencialmente na instituição financeira Banco do Brasil S/A.

3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico> sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br.

3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no neste contrato.

3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS:

4.1. Classificação Orçamentária – 09001 . 12361 0009 2 . 611 - Melhoria da Qualidade do Atendimento Educacional, 09001 . 12365 0008 2 . 610 - Melhoria e Apoio ao Escolar nos CMEI's; **Elemento de Despesa** – 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Fonte de Recursos** - 1500200 – Recursos não Vinculados

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM:

- 5.1.** A entrega será feita **DIRETAMENTE nas Unidades de Ensino descritas no Anexo Único deste instrumento no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do envio pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho, ou conforme Cronograma de Entrega a ser emitido pela equipe de fiscalização do contrato, sem nenhuma despesa adicional além do valor constante da Proposta e do presente termo, devidamente assinado;
- 5.2.** O material/produto deverá ser entregue contendo as indicações de marca, fabricante/produzidor;
- 5.3.** Os produtos em desacordo com a Proposta da Contratada serão rejeitados pela SEMEC/PMT, obrigando-se o fornecedor a repor no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis da comunicação pela Contratante;
- 5.4.** Todas as despesas necessárias para substituição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da CONTRATADA;
- 5.5.** O fornecedor deverá emitir guias de remessas, **informatizadas**, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da CONTRATANTE, endereço completo, serviços a serem executados, unidade e quantidade. Deverá conter também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do fornecedor.
- 5.6.** A CONTRATANTE emitirá NOTA DE EMPENHO, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item licitado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 6.1.** Deverão ser fornecidos apenas objetos novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.
- 6.2.** Todos os materiais entregues durante a vigência do contrato deverão ser iguais (mesmo modelo, marca e material empregado).
- 6.3.** O produto fornecido deverá ser acondicionado adequadamente e garantida a integridade do mesmo durante o transporte, de acordo com a praxe do fabricante e rotulados conforme a legislação em vigor.
- 6.4.** O produto ofertado deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.
- 6.5.** O produto será **entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do envio pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho, ou conforme Cronograma de Entrega a ser emitido pelo fiscal do contrato;
- 6.6.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo estipulado no item 6.5 deste Termo, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo e na proposta.
- 6.7.** Os **produtos poderão ser rejeitados**, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo, **devendo ser substituídos em até 30 (trinta) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.8.** O objeto será **recebido provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.
- 6.9.** Serão **recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.10.** Na hipótese de a verificação do que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.12. Os materiais deverão ser entregues em embalagens individuais devidamente lacradas pelo fabricante do produto, não podendo haver quaisquer indícios de violação. A embalagem deve conter as características essenciais do produto tais como tamanho, modelo e marca.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO:

7.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas na Cláusula Décima Sétima.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

8.1. Durante a vigência do Contrato os preços serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

9.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, onde a Contratada será responsável pelos custos financeiros, caso seja necessário;

10.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, de acordo com as quantidades efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e no Contrato;

10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela Contratada;

10.9. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do contrato; e

10.10. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17

a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto que não atenda as especificações do contrato, bem como os que estiverem em desacordo com o contratado;

11.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

11.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.1.8. Entregar os produtos constantes deste Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e ANVISA, em vigor, no que couber;

10.1.9. Substituir o produto que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento, em até 48 horas da recusa;

11.2. Cumprir fielmente o Contrato, de modo que seja executado nos termos e condições previstos, responsabilizando-se por todas as despesas necessárias ao cumprimento do pactuado;

11.3. Possuir em seu contrato social ou Estatuto, finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Contrato;

11.4. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

11.5. Acatar e atender as reclamações quanto às especificações, qualidade e quantidade dos materiais no cumprimento dos prazos previamente estabelecidos substituindo ou repondo o que não atenda às especificações do produto;

11.6. Cumprir as obrigações trabalhistas, financeiras, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato e quaisquer outras relativas ao objeto;

11.7. Não transferir no todo ou em parte a execução do contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE;

11.8. Assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da convocação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO:

12.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados pela Secretaria Executiva de Ensino, por meio de comissão de 03 membros a serem designados em portaria, que será responsável pelos materiais, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos e as condições deste Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.2. O representante da SEMEC, sob pena de responsabilização administrativa, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, competindo-lhe entre outras atribuições:

13.2.1. Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;

13.2.2. Obter da Administração, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;

13.2.3. Anexar aos autos do processo de inexigibilidade de licitação, cópia dos documentos escritos que

comprovem essas solicitações de providências;

13.2.4. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos equipamentos;

13.2.5. Ordenar à Contratada corrigir, refazer ou substituir os materiais em desacordo com as especificações;

13.2.6. Atestar o recebimento do objeto contratual, no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;

13.2.7. Informar imediatamente à Secretaria Executiva de Ensino – SE-EXE-ENSINO-SEMEC, quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de entrega dos materiais em que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja devidamente acionada para apresentar defesa ou sofrer as penalidades cabíveis.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seu superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

13.4. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

13.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993, nem a exime de manter fiscalização própria;

13.6. Não serão aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

13.7. A Secretaria reserva-se o direito de solicitar provas dos produtos, que deverão ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de garantir a qualidade do objeto e a correção das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA:

14.1. Fica estabelecido que a **CONTRATADA** seja considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais utilizados na execução dos serviços objeto do presente contrato, permanecendo a **CONTRATANTE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

15.1. Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a empresa a ser contratada se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, após a assinatura, por umas das modalidades elencadas abaixo:

15.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

15.1.2. Seguro Garantia;

15.1.3. Fiança Bancária.

15.2. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

15.3. A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Gerência Financeira da SEMEC e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

15.4. Se a garantia prestada pela empresa for a da modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pela SEMEC, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas no contrato.

15.5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a empresa se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela SEMEC, mediante ofício entregue contra recibo.

15.6. Na hipótese de rescisão do Contrato, a Secretaria de Educação executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:

16.1. Os tributos e demais incidências decorrentes deste Contrato serão de responsabilidade do contribuinte de direito definido na legislação fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa:

17.2.2.1. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

17.2.2.1.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.2.2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município, com o consequente descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da PMT pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;

17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos

praticados;

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o carácter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMT.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

18.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

18.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

18.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

18.1.4. O atraso injustificado no início dos serviços;

18.1.5. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

18.1.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

18.1.7. O desatendimento às determinações regulares da comissão designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

18.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

18.1.9. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

18.1.10. A dissolução da sociedade, ou falência da CONTRATADA;

18.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

18.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa o que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

18.1.13. A supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

18.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

18.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dia dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

18.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

18.1.17. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

18.2. Os casos da rescisão contratual serão totalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 18.1.1 a 18.1.12, 18.1.16 e 18.1.17;

18.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, deste que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 18.1.12 a 15.1.16, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovadas que houver sofrido, tendo ainda direito a:

18.5.1. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.8. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do Contrato em até o 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura, no Diário Oficial do Município (DOM), visando garantir, eficácia do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS:

20.1. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CLAÚSULA ESSENCIAL:

21.1. A CONTRATADA está obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO:

22.1. Para os propósitos deste objeto, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

(I) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução deste contrato;

(II) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução deste contrato;

(III) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis

artificiais e não-competitivos;

(IV) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

22.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

22.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

22.2.2. “prática obstrutiva”:

(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no item 18.1;

(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

23.1. As partes contratantes escolhem e elegem, de suas livres e espontâneas vontades, com renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que possa ser, para cada uma delas, o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, para nele discutirem e dirimirem quaisquer dúvidas ou pendências, porventura surgidas, originárias deste Contrato, desde que não possam ser solucionadas prévia e amigavelmente por elas próprias

ANEXO I AO CONTRATO Nº 120/2023/SEMEC/PMT INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023/SEMEC – art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00044.018757/2023-72/SEMEC/PMT

ITEM	TÍTULO	QNTD	VALOR UNITÁRIO DO KIT	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 2ºANO	7.819	R\$ 165,00	R\$ 1.290.135,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 2º ANO	450	R\$ 165,00	R\$ 74.250,00
02	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 3ºANO	8.046	R\$ 165,00	R\$ 1.327.590,00

	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 3º ANO	430	R\$ 165,00	R\$ 70.950,00
03	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 3ºANO	8.046	R\$ 165,00	R\$ 1.327.590,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 3ºANO	430	R\$ 165,00	R\$ 70.950,00
04	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 4ºANO	7.135	R\$ 165,00	R\$ 1.177.275,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 4º ANO	410	R\$ 165,00	R\$ 67.650,000
05	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 4ºANO	7.135	R\$ 165,00	R\$ 1.177.275,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 4ºANO	410	R\$ 165,00	R\$ 67.650,000
06	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 5ºANO	7.490	R\$ 165,00	R\$ 1.235.850,00
07	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 5ºANO	7.490	R\$ 165,00	R\$ 1.235.850,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 5ºANO	425	R\$ 165,00	R\$ 70.125,00
08	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 6ºANO	6.372	R\$ 165,00	R\$ 1.051.380,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 6º ANO	360	R\$ 165,00	R\$ 59.400,00
09	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 6ºANO	6.372	R\$ 165,00	R\$ 1.051.380,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 6ºANO	360	R\$ 165,00	R\$ 59.400,00

10	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 7ºANO	5.892	R\$ 165,00	R\$ 972.180,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 7º ANO	365	R\$ 165,00	R\$ 60.225,00
11	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 7ºANO	5.892	R\$ 165,00	R\$ 972.180,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 7ºANO	365	R\$ 165,00	R\$ 60.225,00
12	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 8ºANO	5.988	R\$ 165,00	R\$ 988.020,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 8º ANO	365	R\$ 165,00	R\$ 60.225,00
13	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 8ºANO	5.988	R\$ 165,00	R\$ 988.020,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 8ºANO	365	R\$ 165,00	R\$ 60.225,00
14	CONJUNTO SAEB EM FOCO LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 8ºANO	4.535	R\$ 165,00	R\$ 748.275,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO LING. PORTUGUESA E MATEMÁTICA 8º ANO	330	R\$ 165,00	R\$ 54.450,00
15	CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 8ºANO	4.535	R\$ 165,00	R\$ 748.275,00
	LIVRO DO PROFESSOR: CONJUNTO SAEB EM FOCO CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA 8ºANO	330	R\$ 165,00	R\$ 54.450,00
TOTAL GERAL: R\$ 17.251.575,00 (Dezessete milhões e duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais)				

**ANEXO II CONTRATO Nº 120/2023/SEMEC/PMT
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023/SEMEC – art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00044.018757/2023-72/SEMEC/PMT**

RELAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO - 2º ao 8º ANO

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
1	44060	Leste	CMEI RAIMUNDA MARTINS NUNES PORTELA
2	44331	Leste	CMEI SANTA BARBARA
3	44815	Leste	EM ANTÔNIO TERTO
4	44805	Leste	EM BAIXÃO DO CARLOS
5	44816	Leste	EM CACIMBA VELHA
6	44821	Leste	EM CAMPESTRE NORTE
7	44313	Leste	EM CASA MEIO NORTE (INTEGRAL)
8	44400	Leste	EM CLODOALDO FREITAS
9	44820	Leste	EM CORAÇÃO DE JESUS
10	44415	Leste	EM DELFINA BORRALHO BOA VISTA
11	44505	Leste	EM DEOCLÉCIO CARVALHO
12	44309	Leste	EM DEPUTADO FRANCILIO ALMEIDA
13	44091	Leste	EM DOM MIGUEL CÂMARA
14	44317	Leste	EM ELIAS XIMENES DO PRADO JUNIOR
15	44809	Leste	EM FAZENDA SOARES
16	44302	Leste	EM FRANCISCO PRADO
17	44803	Leste	EM GURUPÁ DE BAIXO
18	44810	Leste	EM HERMELINDA DE CASTRO
19	44807	Leste	EM JOAQUIM MARINHO DE MACEDO
20	44500	Leste	EM JOCA VIEIRA
21	44333	Leste	EM JORNALISTA DEOCLÉCIO DANTAS
22	44802	Leste	EM JOSÉ IVAN FILHO
23	44812	Leste	EM LAURINDO DE CASTRO (INTEGRAL)
24	44541	Leste	EM LÉA LEAL
25	44311	Leste	EM LINDAMIR LIMA
26	44321	Leste	EM MÁRIO FAUSTINO
27	44412	Leste	EM MINISTRO RUBEN LUDWIG
28	44307	Leste	EM NOÉ ARAÚJO FORTES (INTEGRAL)
29	44303	Leste	EM NOÉ FORTES (INTEGRAL)
30	44504	Leste	EM NOSSA SENHORA DO AMPARO
31	44941	Leste	EM PADRE ANGELO IMPERIALLI

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
32	44304	Leste	EM PLANALTO ININGA (INTEGRAL)
33	44414	Leste	EM PROFESSOR ITAMAR SOUSA BRITO
34	44319	Leste	EM PROFESSOR JOSÉ CAMILLO DA SILVEIRA FILHO (INTEGRAL)
35	44940	Leste	EM PROFESSOR MANOEL PAULO NUNES
36	44325	Leste	EM PROFESSOR MARCÍLIO FLÁVIO RANGEL DE FARIAS (INTEGRAL)
37	44338	Leste	EM PROFESSOR OLÍMPIO CASTRO DE OLIVEIRA (INTEGRAL)
38	44312	Leste	EM PROFESSOR OSCAR OLÍMPIO CAVALCANTE
39	44310	Leste	EM PROFESSOR VALTER ALENCAR (INTEGRAL)
40	44314	Leste	EM PROFESSORA ALDA RODRIGUES NEIVA (INTEGRAL)
41	44300	Leste	EM PROFESSORA THEREZA NORONHA
42	44817	Leste	EM RAIMUNDO ADÃO
43	44413	Leste	EM RESIDENCIAL PEDRA MOLE
44	44808	Leste	EM SANTA FILOMENA
45	44305	Leste	EM SANTA MARIA
46	44503	Leste	EM SANTA TERESA
47	44806	Leste	EM SAO GERALDO
48	44930	Leste	EM SOIM
49	44818	Leste	EM TAPUIA
50	44819	Leste	EM TEODORO MACHADO COELHO
51	44306	Leste	EM TIO BENTES (INTEGRAL)
52	44308	Leste	EM VEREADOR JOSÉ OMMATI
53	44501	Leste	EM VEREADOR VIEIRA TORANGA
54	44021	Norte	CMEI ADELAIDE FONTENELI
55	98100	Norte	CMEI LOUVOR E VIDA
56	44110	Norte	EM AMBIENTAL 15 DE OUTUBRO
57	44112	Norte	EM ANTÔNIO DILSON FERNANDES
58	44406	Norte	EM AURINO NUNES
59	44116	Norte	EM BEZERRA DE MENEZES
60	44811	Norte	EM CAJAZEIRAS
61	44117	Norte	EM CLIDENOR DE FREITAS SANTOS (INTEGRAL)

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
62	44410	Norte	EM CONSELHEIRO SARAIVA (INTEGRAL)
63	44102	Norte	EM DELMIRA COELHO MACHADO
64	44103	Norte	EM DEPUTADO ANTONIO GAYOSO
65	44104	Norte	EM DOMINGOS AFONSO MAFRENSE
66	44100	Norte	EM EURÍPIDES DE AGUIAR (INTEGRAL)
67	44111	Norte	EM GALILEU VELOSO
68	44418	Norte	EM GOVERNADOR CHAGAS RODRIGUES
69	44105	Norte	EM IOLANDA RAULINO
70	44106	Norte	EM JOSÉ NELSON DE CARVALHO (INTEGRAL)
71	44403	Norte	EM MARIANO ALVES DE CARVALHO
72	44555	Norte	EM MINHA CASA
73	44113	Norte	EM MOACI MADEIRA CAMPOS
74	44020	Norte	EM MOCAMBINHO (INTEGRAL)
75	44107	Norte	EM MURILO BRAGA (INTEGRAL)
76	44108	Norte	EM NOVA BRASÍLIA
77	44419	Norte	EM POETA DA COSTA E SILVA
78	44109	Norte	EM PROFESSOR JOSÉ CARLOS
79	44417	Norte	EM PROFESSOR JOSÉ GOMES CAMPOS
80	44405	Norte	EM PROFESSORA DARCY PEREIRA DE CARVALHO
81	44942	Norte	EM ROBERTO CERQUEIRA DANTAS
82	44416	Norte	EM SANTA MARIA DA CODIPI
83	44402	Norte	EM SANTA MARIA DAS VASSOURAS
84	44036	Sudeste	CMEI EMERSON DE JESUS SILVA
85	44075	Sudeste	CMEI SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
86	44011	Sudeste	EM ALTINA CASTELO BRANCO
87	44704	Sudeste	EM ANGOLÁ
88	44701	Sudeste	EM ANTÔNIO FERRAZ
89	44911	Sudeste	EM ANTONIO LEONEZ
90	44707	Sudeste	EM AREOLINO LEÔNCIO DA SILVA (INTEGRAL)
91	44703	Sudeste	EM ARTHUR MEDEIROS CARNEIRO

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
92	44318	Sudeste	EM BARJAS NEGRI
93	44702	Sudeste	EM BOM PRINCÍPIO
94	44709	Sudeste	EM CENTRO DOS AFONSINHOS
95	44710	Sudeste	EM CORONEL PEDRO BORGES
96	44324	Sudeste	EM DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA (INTEGRAL)
97	44903	Sudeste	EM DONA IZABEL PEREIRA
98	44301	Sudeste	EM EXTREMA
99	44542	Sudeste	EM LUNALVA COSTA
100	44327	Sudeste	EM MACHADO DE ASSIS
101	44931	Sudeste	EM MANOEL ALVES DE OLIVEIRA
102	44315	Sudeste	EM MÁRIO COVAS (INTEGRAL)
103	44330	Sudeste	EM MÁRIO QUINTANA
104	44326	Sudeste	EM O. G. REGO DE CARVALHO (INTEGRAL)
105	44010	Sudeste	EM PARQUE ITARARÉ
106	44316	Sudeste	EM PROFESSOR JOÃO PORFÍRIO DE LIMA CORDÃO
107	44420	Sudeste	EM PROFESSOR UBIRACI CARVALHO (INTEGRAL)
108	44700	Sudeste	EM SÃO SEBASTIÃO
109	44705	Sudeste	EM TOMÁS DE OLIVEIRA LOPES
110	44320	Sudeste	EM TORQUATO NETO
111	44329	Sudeste	EM VINÍCIUS DE MORAES
112	44231	Sul	CMEI ARIANO SUASSUNA
113	44232	Sul	CMEI FRANCISCO HARDI FILHO
114	44052	Sul	CMEI PARQUE SAO JOAO
115	44054	Sul	CMEI SANTO ANTONIO
116	44943	Sul	EM ALICE PIRES DO NASCIMENTO
117	44600	Sul	EM ANGELIM
118	44201	Sul	EM AREIAS
119	44614	Sul	EM CORONEL BOA VISTA
120	44221	Sul	EM DOM HÉLDER CÂMARA
121	44547	Sul	EM ESTHER COUTO

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
122	44230	Sul	EM GRACILIANO RAMOS
123	44227	Sul	EM HINDEMBURGO DOBAL
124	44217	Sul	EM IRMÃ DULCE
125	44212	Sul	EM JOÃO PAULO I
126	44223	Sul	EM JORNALISTA JOÃO EMÍLIO FALCÃO
127	44202	Sul	EM JOSÉ AUTO DE ABREU
128	44240	Sul	EM JÚLIO LOPES LIMA
129	44203	Sul	EM LUÍS FORTES
130	44219	Sul	EM LYSANDRO TITO DE OLIVEIRA
131	44918	Sul	EM MANOEL NOGUEIRA LIMA
132	44204	Sul	EM MASCARENHAS DE MORAIS
133	44214	Sul	EM MONSENHOR MATEUS RUFINO (INTEGRAL)
134	44229	Sul	EM MONTEIRO LOBATO
135	44543	Sul	EM MYRIAM PORTELLA NUNES
136	44228	Sul	EM NOSSA SENHORA DA PAZ
137	44938	Sul	EM NOSSA SENHORA DA PAZ INICIAL
138	44603	Sul	EM NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
139	44038	Sul	EM PARQUE PIAUI
140	44604	Sul	EM PIRIPIRI
141	44211	Sul	EM PROFESSOR ALCIDES LEBRE
142	44200	Sul	EM PROFESSOR ANTILHON RIBEIRO SOARES
143	44210	Sul	EM PROFESSOR BENJAMIM SOARES DE CARVALHO
144	44207	Sul	EM PROFESSOR DIDÁCIO SILVA
145	44218	Sul	EM PROFESSOR NELSON DO AMARAL SOBREIRA
146	44216	Sul	EM PROFESSOR OFÉLIO LEITÃO (INTEGRAL)
147	44215	Sul	EM PROFESSOR VALDEMAR SANDES
148	44213	Sul	EM PROFESSORA ANA BUGYJA BRITO
149	44243	Sul	EM PROFESSORA ANA VITORIA DE CARVALHO SANTOS (INTEGRAL)
150	44209	Sul	EM PROFESSORA CRISTINA EVANGELISTA (INTEGRAL)
151	44224	Sul	EM PROFESSORA MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA

Nº	COD.	Zona	Unidade de Ensino
152	44222	Sul	EM PROFESSORA ZORAIDE ALMEIDA
153	44226	Sul	EM RAIMUNDO NONATO MONTEIRO SANTANA
154	98204	Sul	EM ROSANGELA REIS
155	44225	Sul	EM SANTA CLARA
156	44617	Sul	EM SANTA FÉ
157	44920	Sul	EM SÃO JOSÉ
158	44929	Sul	EM SERAFIM
159	44205	Sul	EM SIMÕES FILHO
160	44220	Sul	EM VELHO MONGE

(Assinado eletronicamente)

PROF. DR. NOUGA CARDOSO BATISTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMEC

(Assinado eletronicamente)

FRANCISCO ITALO CARDOSO SOARES FURTADO
M.F. DISTRIBUIDORA E LIVRARIA LTD



Documento assinado eletronicamente por **Nouga Cardoso Batista, Secretário Municipal de Educação**, em 28/12/2023, às 13:28, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ITALO CARDOSO SOARES FURTADO, Usuário Externo**, em 28/12/2023, às 13:58, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8770500** e o código CRC **C21D7385**.

Referência: Processo nº 00044.018757/2023-72

SEI nº 8770500

Rua Areolino de Abreu, 1507 - Bairro Centro - - CEP 64000-180 - Teresina - PI
- <http://www.semec.teresina.pi.gov.br/>